

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Fundadores e Conselheiros, a FEMM - Fundação Educacional Monsenhor Messias, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede administrativa nesta cidade de Sete Lagoas, à Av. Marechal Castelo Branco - 2.765, Bairro Santo Antônio, de acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresenta a V.S.as., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Sete Lagoas, 31 de dezembro de 2019 - Adélio Araújo de Faria - Diretor Presidente

Sete Lagoas, 31 de dezembro de 2019


Adélio Araújo de Faria
Diretor Presidente

3º Ofício

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(DOI10475) ADELIO ARAUJO DE FARIA
em testemunho da verdade.
Sete Lagoas, 13/03/2020 14:47:20 156

SELO DE CONSULTA: DOI10475
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3223.0293.4493.6414
Quantidade de atos praticados: 01

Atos(s) praticado(s) por:
JOSIANE APARECIDA DA SILVA - ESCRIVENTE JURAMENTADA
Emol: R\$5,48 TFJ: R\$1,70 Total: R\$7,18 ISS: R\$0,25
Consulte a validade desta selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAL369294



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS
CNPJ: 25.002.155/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2019 E 2018 (em milhares de Reais-R\$)



ATIVO	Nota	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	Explicativa	10.645.264	16.911.179
Caixa e equivalente de caixas	3b	383.014	5.429.951
Bancos conta movimento e aplicações financeiras		154.401	5.178.402
Recursos com restrições - Convênios		228.613	251.549
Estoques		24.337	30.360
Estoque em Almoxarifado	3h	24.337	30.360
Recebíveis de Clientes	3	10.147.476	10.514.021
Mensalidades a Receber	3d	1.733.291	1.708.955
Mensalidades a Receber Exerc.Ant.	3d	8.273.624	8.313.896
Financiamento Estudantil (FIES)	3a	1.415.927	1.712.997
(-) Perdas Estimadas p/Credito de Liquidação Duvidosa	3c	(1.275.367)	(1.221.827)
Outros Ativos Circulantes		90.438	936.846
Outros Créditos	3	21.116	18.956
Adiantamento de Salários	3g	69.322	917.890
ATIVO NÃO CIRCULANTE		15.120.433	15.867.772
Realizável a longo prazo		573.044	539.023
Depósitos Judiciais		226.819	194.064
Valores a Recuperar		21.022	21.022
Fundo Educacional Rotativo	7	190.951	189.686
Projetos Didáticos Pedagógicos		134.251	134.251
Investimentos		70.237	70.237
Imobilizado Bens Móveis e Imóveis		13.074.183	13.857.604
Imobilizado	4	26.547.093	26.422.390
(-) Depreciação Acumulada		(13.472.910)	(12.564.786)
Intangível		1.402.970	1.400.907
Intangível	11	1.421.769	1.413.440
(-) Amortização Intangível		(18.800)	(12.533)
TOTAL DO ATIVO		25.765.697	32.778.950
PASSIVO		2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE		12.172.549	7.709.578
Fornecedores	3b	414.585	235.460
Obrigações Tributárias/Sociais	9	2.060.944	1.240.566
Provisões Cíveis	9	350.817	508.371
Obrigações trabalhistas	9	4.309.844	1.201.963
Empréstimos Bancários	10	3.599.090	3.138.716
Outras Contas a Pagar		240.579	106.461
Convênios/Parcerias		916.604	932.648
Financiamento de Bens		17.562	85.592
Receitas Antecipadas de Mensalidades		262.524	259.799
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.761.165	7.064.033
Empréstimos Bancários	10	5.507.890	6.931.644
Financiamento de Bens LP	10	113.275	132.389
Processos Cíveis	9	140.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.831.983	18.005.339
Patrimônio Social	13	16.623.005	23.509.728
Subvenções/Doações Patrimoniais		1.382.334	1.382.334
Superávit (Déficit) do Exercício		(10.173.356)	(6.886.723)
TOTAL DO PASSIVO		25.765.697	32.778.950

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS - CNPJ 25.002.155/0001-98
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT (DEFICIT) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 DE 2019 E 2018 (em milhares de Reais-R\$)



	Nota Explicativa	2019	2018
Receitas Operacionais			
Receita da Graduação	3e	14.037.214	20.748.593
Receita de Pós-Graduação/ Mestrado	3e	745.500	997.270
Receita Educação Básica	3e	1.973.048	1.166.645
Bolsas Estudos Beneficentes-Graduação 50%	5	149.796	192.174
Bolsas Estudos Beneficentes-Graduação Lei 12.101/09 100%	5	469.143	1.240.694
Bolsas Estudos Beneficentes PROUNI Lei 11.096/05 100%	5	3.530.039	4.845.178
Bolsas Mestrado Beneficentes Lei 12.101/09 50%	5	5.878	22.530
Bolsas Educação Básica Beneficentes Lei 12.101/09 100%	5	493.459	293.516
Bolsas Estudos Institucionais Integrais/Parciais	5	766.693	987.820
Receita Outros Serviços Educacionais	3	5.480.674	6.240.440
Total Receita Operacional Bruta		27.651.445	36.734.860
Deduções da Receita			
Devolução/Cancelamentos - Educação		(35.776)	(60.184)
Descontos s/ mensalidade		(2.825.764)	(1.226.766)
		(2.861.560)	(1.286.949)
Gratuidade			
Bolsas Integrais 100%			
Bolsas Estudo Beneficentes PROUNI Lei 11.096/05 100%	5	(3.530.039)	(4.845.178)
Bolsas Estudos Beneficentes-Graduação Lei 12.101/09 100%	5	(469.143)	(1.432.868)
Bolsas Mestrado Beneficentes Lei 12.101/09 50%	5	-	(22.530)
Bolsas Estudos Beneficentes-Graduação Lei 12.101/09 50%	5	(149.796)	(192.174)
Bolsas Educação Básica Beneficentes Lei 12.101/09 100%	5	(493.459)	(293.516)
Bolsas Parciais			
Bolsas Estudo Institucionais Integrais/Parciais	5	(772.571)	(987.820)
Gratuidade Total no Exercício		(5.415.008)	(7.774.086)
Total Receita Operacional Líquida		19.374.877	27.673.825
Custo dos Serviços Prestados	3-14	(13.754.024)	(22.815.101)
Superavit Operacional Bruto		5.620.852	4.858.724
Despesa Pessoal Téc.Administrativo		(7.386.398)	(6.439.945)
Despesas Administrativas		(4.844.380)	(1.105.493)
Outras Receitas Operacionais		231.877	107.500
Receita de Doações	12	1.553	1.193
Renúncia Fiscal			
Imunidade/isenção das Contribuições Sociais	6	4.601.162	5.714.021
Imunidade/isenção das Contribuições Sociais Usurfuídas	6	(4.601.162)	(5.714.021)
Convenios/Parcerias			
Receita de Convenios	15	195.160	217.509
Despesa de Convenios	15	(195.160)	(217.509)
Deficit Operacional antes da Depreciação/Amortização/PCLD		(6.376.497)	(2.578.022)
Depreciação	3f	(908.124)	(1.088.454)
Despesas c/Perdas p/Crédito de Liquidação Duvidosa	3c-d	(1.275.367)	(1.221.827)
Amortização	11	(6.267)	(6.267)
Deficit antes do Resultado Financeiro		(8.566.255)	(4.894.570)
Receitas (Despesas) Financeiras	3	(962.538)	(120.726)
Despesas Educacionais -Desc.coletivo/FIES	3	(644.564)	(1.871.427)
Superavit (Deficit) do Exercício		(10.173.356)	(6.886.723)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Geral, totalizando no Ativo e Passivo o valor de R\$25.765.697, (vinte e cinco milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais) e déficit no exercício de R\$ 10.173.356, (dez milhões, cento e setenta e tres mil, trezentos e cinquenta e seis reais).

Sete Lagoas, 31 de dezembro de 2019

Adélio Araújo de Faria
Presidente

Dolores Campos de Aguiar Persilva
Diretora Financeira

Denise Sader Vieira Viana
Contadora CRC/MG 069458

Dolores Campos de Aguiar Persilva

Denise Sader

Denise Sader

Denise Sader

PODER JUDICIÁRIO TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(DOI10480) DENISE SADER VIEIRA VIANA
em testemunho da verdade.
Sete Lagoas, 13/03/2020 14:48:38 30026

SELO DE CONSULTA: DOI10480
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0685.9410.9695.4305
Quantidade de atos praticados: 01

Atos(s) praticado(s) por:
JOSIANE APARECIDA DA SILVA - ESCRIVENTE JURAMENTADA
Emol: R\$5,48 TFE: R\$1,70 Total: R\$7,18 ISS: R\$0,26
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAL369296



PODER JUDICIÁRIO TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(DOI10478) ADELIO ARAUJO DE FARIA
(DOI10479) DOLORES CAMPOS DE AGUIAR PERSILVA
em testemunho da verdade.
Sete Lagoas, 13/03/2020 14:48:37 23211

SELO DE CONSULTA: DOI10478
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 5622.0381.1139.8840
Quantidade de atos praticados: 02

Atos(s) praticado(s) por:
JOSIANE APARECIDA DA SILVA - ESCRIVENTE JURAMENTADA
Emol: R\$10,96 TFE: R\$3,40 Total: R\$14,36 ISS: R\$0,52
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAL369296



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS
CNPJ 25.002.155/0001-98

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2019 E 2018 (em milhares de Reais-R\$)



1) - ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018
Superávit (Déficit) do Período	(10.173.356)	(6.886.723)
	(10.173.356)	(6.886.723)
Ajustes por:		
Depreciação	908.124	1.088.454
Amortização	6.267	6.267
Perdas Estimadas de credito de liquidação duvidosa	53.728	(28.469)
Ajustes de Exercicios Anteriores	-	128.447
Superávit (Déficit) Ajustado	(9.205.237)	(5.692.025)
Diminuição (Aumento) nos Ativos Circulantes	1.164.173	1.160.613
Contas a Receber	313.006	925.763
Estoques	6.023	(1.483)
Adiantamento a Empregados	848.568	239.480
Adiantamento a Fornecedores	-	794
Despesas Antecipadas	(2.160)	313
Outros valores a Receber	(1.265)	(4.254)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	4.995.654	(547.565)
Fornecedores de Bens e Serviços	179.125	5.763
Obrigações com Empregados	4.032.906	(201.447)
Obrigações Tributarias/Sociais	662.824	(315.895)
Recursos de Convênios em Execução	(16.044)	27.140
Outras Obrigações a Pagar	136.842	(63.125)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(3.045.410)	(5.078.977)
2) -ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado		
Bens Depreciáveis e n/ depreciaveis	(124.703)	(349.103)
Investimentos em Intangível	(8.329)	-
Caixa Líquido Gerado nas Ativid. de Investimentos	(133.032)	(349.103)
3) - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
RECEBIMENTOS		
Empréstimos Bancários	1.850.000	6.200.000
PAGAMENTOS		
Empréstimos / Financiamentos Pagos	(3.718.495)	(2.660.577)
Caixa Líquido Gerado nas Ativid. de Financiamentos	(1.868.495)	3.539.423
Aumento (Redução) no Caixa e equivalente de caixa	(5.046.937)	(1.888.657)
Saldo de caixa + Equivalente Caixa no início do exercício	5.429.951	7.318.608
Saldo de caixa + Equivalente Caixa no final do exercício	383.014	5.429.951

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras


FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS - CNPJ 25.002.155/0001-98
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2019 E 2018 (em milhares de Reais-R\$)**

	2019	2018
RECEITAS		
Receita	27.922.899	36.820.359
Receita da Prestação de Serviços	27.921.346	36.819.166
Receita de Doações	1.553	1.193
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(8.507.465)	(9.010.286)
Material Consumido	(586.596)	(682.336)
Custo dos Serviços Prestados	(5.022.273)	(4.781.474)
Materiais-Energia-Serviços de Terceiros/ e outros	(2.898.596)	(3.546.476)
VALOR ADICIONADO BRUTO	19.415.434	27.810.073
RETENÇÕES (notas 3c-d-f e 11)	(2.189.758)	(2.316.548)
Depreciação, Amortização e Perdas p/ Crédito Liquidação Duvidosa	(2.189.758)	(2.316.548)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	17.225.676	25.493.526
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	555.063	897.199
Receitas Aplicações Financeiras/Variações Ativas/Multas-Juros	397.595	848.670
Receitas Aluguéis salas/auditório	157.467	48.530
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	17.780.739	26.390.725
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	17.780.739	26.390.725
Pessoal e Encargos	19.873.229	23.106.483
Taxas/Custas e Contribuições/Obrigações Sociais	1.290.987	1.578.932
Bolsas de Estudos Integrais/Parciais/Ed. Básica e demais	5.415.008	7.581.912
Juros s/capital de terceiros; Desp. Financeira	1.360.133	969.395
Aluguéis Pagos a Terceiros	14.738	40.725
Superavit ou (Deficit) Exercício	(10.173.356)	(6.886.723)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Pág. 06

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS

CNPJ: 25.002.155/0001-98

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (em milhares de Reais-R\$)**

Pág. 06

	Nota	Patrimônio	Subvenções/	Superavit	Total Patrimônio
	Explicativa	Social	Doações	(Deficit)	Social
MOVIMENTAÇÃO		Realizado	Patrimoniais	Acumulado	Líquido
Saldos em 31/12/2017		23.533.378	1.382.334	(152.097)	24.763.615
Aumento no P. Social	13	(152.097)			
Com Superavit Acumulado			-	152.097	-
Ajuste Anos anteriores	17	128.447			128.447
Deficit do Exercício		-	-	(6.886.723)	(6.886.723)
Saldos em 31/12/2018		23.509.728	1.382.334	(6.886.723)	18.005.339
Aumento no P. Social	13	(6.886.723)			
Com Superavit Acumulado				6.886.723	
Deficit do Exercício				(10.173.356)	(10.173.356)
Saldos em 31/12/2019		16.623.005	1.382.334	(10.173.356)	7.831.983

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Valores expressos em reais)

I – CONTEXTO OPERACIONAL:

NOTA 01

A Fundação Educacional Monsenhor Messias-FEMM, inscrita no CNPJ sob o nº25.002.155/0001-98, é uma pessoa jurídica de direito privado, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de educação superior, sem fins lucrativos e que tem por finalidade criar e manter ou absorver, estabelecimentos de ensino de educação básica (ensino fundamental e médio), profissionalizante e superior; desenvolver atividades de pesquisa e extensão; promover e difundir o conhecimento, a cultura, a criação artística, científica e tecnológica; prestar serviços no âmbito de suas finalidades; instituir benefícios de assistência social, destinados ao atendimento social, de alunos comprovadamente carentes, concedendo bolsas de estudos cujos critérios de concessão serão objeto de regulamentação pelo Departamento de Serviço Social da Fundação, em observância à legislação pertinente e instituir outros benefícios e programas de assistência social à comunidade, prestando assim, relevantes serviços à comunidade na qual está inserida.

A Fundação Educacional Monsenhor Messias rege-se pelo Estatuto Social, pela legislação aplicável e foi instituída em 27 de outubro de 1966, com sede na cidade de Sete Lagoas - MG, registrada na mesma data no Cartório do Primeiro Ofício do Judicial e Notas de Sete Lagoas, Livro 61-B, fls.105v a 109v, com alterações registradas no livro 61-B, fls. 137 a 139, e Livro A 10, sob nº 2.867, em 27 de outubro de 1996 e alterações registradas no Livro A-10 reg. 3807, folha 09 em 28 de maio de 1998 e alteração no Livro A-10 sob nº 009, em 30.11.2005, sendo a última alteração registrada no livro A-1, sob. o n.º av.16, reg. 142 de 06.11.2006.

Foi reconhecida; de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 5.055 de 29 de novembro de 1968; pelo Estado de Minas Gerais; de Utilidade Pública Municipal pela Lei 1.191 de 23 de agosto de 1967. A Entidade teve seu registro no Conselho Nacional de Assistência Social em 13 de setembro de 1972 conforme processo nº 255.384/72, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), teve seu último certificado CEBAS concedido pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior-SERES, por meio da Portaria nº 235, de 21/05/2019 exarada nos autos do processo nº23000.004349/2015-19, que certificou a FEMM pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2018. Encontra-se em análise o processo protocolado tempestivamente sob n.º 23000.030934/2018-17 em 14/09/2018. A FEMM é mantenedora da Educação Básica - Colégio Unifemm e CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS – UNIFEMM, credenciada conforme Portaria n.º 1.193 de 26 de junho de 2006, classificando as Faculdades em Unidades Acadêmicas de Ensino UEDI, UEFI, UEGE. Em 2008 foi instituída a unidade dos TECNÓLOGOS.

II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

NOTA 02

As Demonstrações Contábeis e Financeiras do ano exercício 2019 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotados no Brasil, buscando no quanto possível, a convergência às normas internacionais de contabilidade, por meio das instruções emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPCs e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade-CFC. Seguindo também aos comandos da lei 11.941/09, que alteraram artigos da Lei 6.404/76 sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, concomitantemente com as NBC-TG, aprovada pela Resolução do CFC nº 1409/2012-ITG 2002, alterado em 21/08/2015 para ITG 2002(R1), atentando ao que dispõe a Lei 12.101 de 27/11/2009, o Decreto 8.242 de 23/05/2014 que **regulamentam** a Lei 12.101/09 e demais legislações pertinentes às Entidades sem Fins Lucrativos e estão sendo apresentadas de forma comparativa com as do exercício anterior. Por força das alterações impostas pela Lei 11.638/07, a entidade modificou a estrutura de sua apresentação, conforme especificações na nota 03. A Fundação a partir do exercício 2017 passou a elaborar a Demonstração de Fluxo de Caixa-DFC pelo método indireto.

III – RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

NOTA 03

a) Conforme NBC-TG 26 e Resolução 1.409/12 que aprovou o ITG 2002(R1) para entidades sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis da FEMM seguem a legislação pertinente. Ressalta-se que as mensalidades a

- b) No ativo e passivo circulante, são registrados os direitos e obrigações sujeitos à realização no exercício subsequente. A composição de caixa e equivalentes de caixa que montam em R\$383.014, correspondem aos valores em espécie no caixa de R\$23.331, R\$ 131.070, de saldos nas contas bancárias e R\$228.613, referente a aplicações em bancos dos convênios Projeto-Escola UNIFEMM de Voleibol e Fapemig. Os direitos, cuja realização se encontra prevista para o ano de 2020 estão registrados no ativo circulante. As imobilizações e o intangível estão classificados no ativo não circulante. As obrigações e dívidas de curto prazo encontram-se registradas no passivo circulante. As obrigações vencíveis a partir de 2021 encontram-se classificadas no passivo não circulante.
- c) No decorrer do exercício de 2019, reconhecemos o valor das perdas com inadimplência, de R\$1.275.367,, referente às mensalidades a receber de 2014, suportadas através do histórico estatístico de inadimplência e efetivas recuperações. Essas perdas foram baixadas na rubrica Despesas com Perdas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa.
- d) Ressalta-se que no Ativo Circulante restaram as Mensalidades a Receber dos exercícios de 2015 a 2019. Os valores a receber de 2015, caso não sejam realizados, serão baixados como perdas no decorrer de 2020.
- e) As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência, apresentadas de forma segregada e detalhadas das gratuidades, doações e aplicação de recursos.
- f) O imobilizado encontra-se avaliado pelo custo de aquisição ou construção mais reavaliação patrimonial realizada no ano 2001. A partir do exercício de 2003, a entidade passou a reconhecer os efeitos da depreciação sobre os bens sujeitos, constantes do ativo permanente, utilizando para tanto, as taxas normais permitidas pela legislação federal e dados históricos.
- g) No ativo circulante, a rubrica Adiantamento de Salários apresentou redução expressiva em função da situação econômica financeira a qual a entidade atravessa e concomitantemente com a mudança de gestão, novos processos se constituirão. Contudo, provisões de férias dos docentes estão devidamente reconhecidas e provisionadas no passivo circulante.
- h) Os estoques são compostos basicamente por materiais escolares, de uso e limpeza, avaliados pelo custo médio.
- i) As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescida dos rendimentos correspondentes, apropriadas *pro rata temporis*, até a data do Balanço, ressalta-se renegociação de taxas e prazos com cada entidade creditícia, sendo que os lançamentos são efetivados pelo regime de competência.
- j) As despesas da entidade são comprovadas através de documentação idônea, em conformidade com as exigências legais e fiscais, apropriadas conforme regime de competência, ou seja, são reconhecidas pelo consumo, independentemente de seu efetivo pagamento. São devidamente segregadas as gratuidades, os descontos concedidos, os abatimentos, e demais deduções das mensalidades.
- k) Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.
- l) Gratuidades - O benefício concedido como gratuidade educacional no atendimento da lei 12.101/09; Lei 11.096/05 do ProUni, Decreto 8.242 de 23/05/2014, Lei 12.868/2013 e Port. Normativa nº15 de 11/08/2017 por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a norma ITG 2002, regente para as entidades sem finalidades de lucros.

WLS



EDUCAÇÃO BÁSICA - 2019	Quantidade	Valores
Nº alunos matriculados	344	
Bolsas assistenciais		
Bolsas integrais 100% -Lei 12.101/2009	69	493.459,00
EDUCAÇÃO SUPERIOR -2019		
Nº alunos matriculados presenciais	1.249	
Nº alunos matriculados EAD	254	
Bolsas assistenciais		
Bolsas integrais 100% -Lei 12.101/2009	27	469.143,47
Bolsas integrais 100% -PROUNI-Lei 11.096/2005	311	3.530.039,18
Bolsas parciais 50% -Lei 12.101/2011	53	149.795,92
Bolsas assistenciais Equivalentes= 53 bolsas de 50% correspondem a 27 bolsas integrais		
Bolsas de estudos Institucionais		772.570,53
Nº total de bolsas integrais equivalentes Ed. Superior	365	
Nº total de bolsas integrais equivalentes Ed. Básica	69	

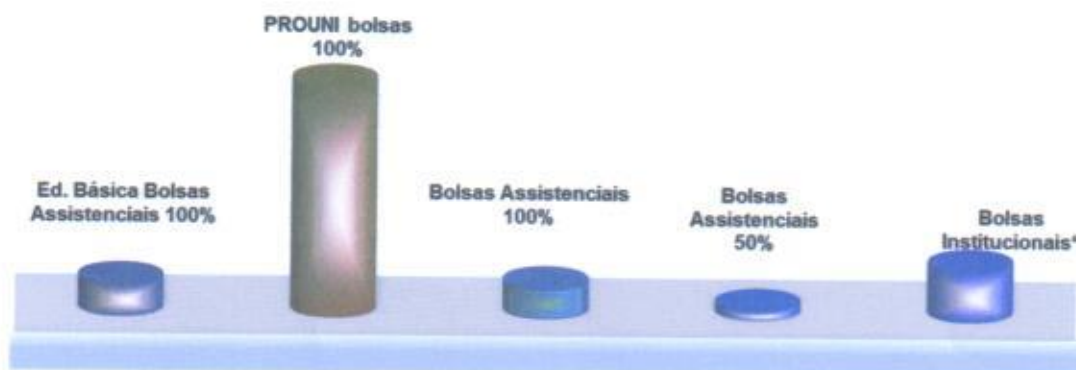



Total alunos Educação Superior: 1.503 - bolsas equivalentes concedidas 365 bolsas de 100%
Total alunos Educação Básica: 344 - bolsas equivalentes concedidas 69 bolsas de 100%



- Demonstração Gráfica das Bolsas concedidas**

FEMM - GRATUIDADE 2019 - Bolsas concedidas Leis 12.101/09 e 11.096/05



GRATUIDADE 2019	Nº alunos bolsistas	Valores	Nº bolsas Equivalentes
EDUCAÇÃO BÁSICA			
Bolsas Estudo 100% - Lei 12.101/09	69	493.459	69
EDUCAÇÃO SUPERIOR			
Bolsas Estudo PROUNI 100% - Lei 11.096/05	311	3.530.039	311
Bolsas Estudos assistenciais 100% - Lei 12.101/09	27	469.143	27
Bolsas Estudos assistenciais 50% - Lei 12.101/09	53	149.796	27
Bolsas Institucionais*	147	772.571	
TOTAL GRATUIDADE - bolsas concedidas	607	5.415.008	434

* Bolsas convênios: Cemig, Prefeituras, SINPRO, SAAEMG.

Educação básica 2019 concedido 69 bolsas integrais Lei 12.101/09
Educação superior 2019 concedido 365 bolsas equivalentes Lei 12.101/09 e lei 11.096/05

a. OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS

a 1- Cadastro nos sistemas de informação

Conforme determinação do artigo 40 da Lei n.º 12.101/09 alterada pelo Decreto n.º 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14, artigo 41, a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site do SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>).

Conforme previsto no artigo 30 § 4º do Decreto Federal n.º 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Entidade estão informadas no Censo da Educação Básica (Educacenso) e no Censo da Educação Superior E-MEC.

Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Entidade mantém controles internos dos mesmos, para que sejam inseridos na próxima abertura do sistema INEP.



a 2- Plano Nacional de Educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas. Em atendimento ao artigo 13 da Lei n.º 12.101/09 alterada pela Lei n.º 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/14, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

a 3- Análise do perfil socioeconômico

A Fundação Educacional Monsenhor Messias, por meio de suas mantidas, possui controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, base para a análise Socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

b. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE BOLSAS INTEGRAIS - 2019

A Entidade atende o artigo 13 e 13-A da Lei n.º 12.101/9 alterada pela Lei n.º 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.242/2014 e atinge os números de bolsas quantitativas (uma bolsa estudo integral para cada 5 alunos pagantes) conforme prescreve os incisos do caput e nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 13, conforme demonstrativo a seguir.

Destaca-se que as bolsas de estudos parciais e integrais foram concedidas em observância aos critérios exigidos pelo art. 14 da Lei 12.101/09.

Demonstrativo do quantitativo FEMM – Bolsas de Estudo 2019	
Alunos matriculados Educação Básica	344
Alunos necessários para atendimento a Lei 12.101/09 (1 bolsista para 5 pagantes)	69
Total alunos com bolsas integrais da Ed. Básica Lei 12.101/09	69
Alunos matriculados Educação Superior	1.503
Alunos necessários para atendimento a Lei do ProUni (1 bolsista para 5 pagantes)	301
Alunos necessários para atendimento a Lei do ProUni (1 bolsista para 9 pagantes)	167
Alunos com bolsas 100% ProUni lei 11.096/05	311
Alunos com bolsas integrais equivalentes Lei 12.101/09 (53 alunos bolsas 50% mais 27 alunos com bolsas 100%)	80
Total alunos com bolsas concedidas ProUni Lei 11.096/05 e assistenciais Lei 12.101/09	391
Total bolsas integrais equivalentes concedidas ProUni Lei 11.096/05 e assistenciais Lei 12.101/09	365

VI - PREVIDÊNCIA SOCIAL – IMUNIDADE - TOTAL USUFRUÍDO NOTA 06

A FEMM é imune à incidência de impostos conforme Art.150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, Inciso III, parágrafo 7º da Constituição Federal vigente, Lei 11.096/05, Lei 12.101/09 e Decreto 8.242/2014. A Lei complementar que estabelece requisitos para a imunidade tributária é o Código Tributário Nacional-CTN, no art. 14, sendo que, para corroborar esses requisitos no Estatuto da FEMM estão previstos: Art. 10-os membros do conselho

Curador, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, não receberão, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; Art. 58 parágrafo 1º - O patrimônio, recursos, receitas, rendas, rendimentos e eventual superávit apurado pela Fundação serão integralmente aplicados no País, na consecução e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; Art.58 parágrafo 2º- É vedada a distribuição de qualquer parcela do patrimônio da Fundação ou de suas rendas, sob qualquer forma, a título de lucro ou participação no seu resultado; Art.58 parágrafo 3º- Os bens pertencentes à Fundação não poderão ter destinação contrária ou diversa dos objetivos estatutários; Art. 62 A FEMM manterá sua escrituração contábil e fiscal em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão; Art. 65 No caso de extinção da FEMM, o eventual patrimônio remanescente será aplicado à entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS ou a entidade pública, que se proponha a finalidades iguais ou semelhantes às da Fundação, conforme deliberação conjunta do Conselho Curador e Diretoria Executiva, na reunião que aprovar a extinção; Art.66-O órgão competente do Ministério Público de MG, deverá ser notificado pessoalmente de todas as fases do procedimento de extinção da Fundação.

A FEMM solicitou renovação do CEBAS protocolado tempestivamente sob n.º 23000.030934/2018-17 em 14/09/2018 para o período de 2019,2020,2021 e aguarda a sua análise. A Fundação teve seu último certificado CEBAS concedido pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior-SERES, por meio da Portaria nº 235, de 21/05/2019 exarada nos autos do processo nº 23000.004349/2015-19, que certificou a FEMM pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2018. Encontra-se em análise o processo protocolado tempestivamente sob n.º 23000.030934/2018-17 em 14/09/2018, sendo que foram encaminhados documentação para complemento e esclarecimentos conforme solicitados. A parte patronal, seguro acidente de trabalho e a contribuição para terceiros, como se devido fosse à Previdência Social, usufruída pela entidade no ano de 2019 foi de aproximadamente R\$ 4.601.164, e no ano de 2018, foi de aproximadamente R\$5.714.021,; em 2017 foi de aproximadamente R\$ 5.470.795,. Foram calculados tomando-se por base as folhas de pagamento, rescisões e indenizações trabalhistas, bem como a parte incidente sobre os serviços prestados por pessoas físicas e cooperativas de trabalho, durante os exercícios. Ressalta-se que a gratuidade concedida no exercício de 2019 foi de R\$4.642.438, e em 2018, de R\$6.594.092,. Em 2017 foi de R\$ 7.743.055, no atendimento a legislação para manutenção do CEBAs.

Imunidade/isenção Usufruída	Ano 2019
INSS – quota patronal	3.678.049,27
COFINS Contribuição para Financiamento da Seguridade Social 3%	842.331,24
Programa integração social	80.781,42

VII – FUNDO EDUCACIONAL ROTATIVO

NOTA 07

Instituído pela Resolução conjunta nº. 001/2011 de 04.02.2011 do Presidente da FEMM e da Reitoria do UNIFEMM, destinado a alunos regularmente matriculados nos cursos superiores da IES, que comprovadamente tenham dificuldade financeira de arcar com a totalidade do valor das mensalidades, e necessitem desse benefício mediante a concessão de crédito rotativo e reembolsável. A partir de 2012 o Fundo Ed. Rotativo não foi mais disponibilizado pela instituição, sendo mantido esse programa somente para os alunos que aderiram em 2011. A instituição tem envidado esforços nessa recuperação.

VIII – SEGUROS

NOTA 08

Seguro do Teatro Redenção efetivado em 28/11/2019 com validade até 28/11/2020, compreende a cobertura no valor de R\$2.800.000, efetivado junto a Chubb seguros Brasil AS, apólice nº 1.180.032.863. O seguro contratado para os prédios da Fundação abrange incêndio, roubo, danos elétricos e afins, estão acobertados conforme apólice da Chubb Seguros Brasil SA apólice nº 1.180.020.715- cobertura de R\$15.000.000,, renovado em 02.01.2020, com a seguradora Allianz Empresarial, apólice nº 517720203A180001191 cobertura de R\$15.000.000,. Para o



veículo Gol VW, seguro contratado conforme Apólice da Zurich Seg.SA nº 0226401, cobertura de 100% da tabela FIPE para roubo, incêndio e colisão. Incorporado indenização de R\$ 70.000, para danos morais e corporais, renovado em 04/09/2019, validade de um ano.

IX – OBRIGAÇÕES SOCIAIS - INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS - PROVISÕES JUDICIAIS NOTA 09

As obrigações salariais, férias, 13º salário e rescisões estão registrados na rubrica "Obrigações trabalhistas" sendo os encargos sociais/tributários registrados na rubrica "Obrigações Tributárias/Sociais no passivo circulante. No exercício de 2019 em conformidade com análise de assessoria jurídica da Fundação, reconhecemos passivos trabalhistas oriundos de demanda judicial de docentes no valor de R\$ 350.817,, registrados na rubrica Provisões cíveis (trabalhistas) no passivo circulante. Os valores referentes aos desligamentos em 2019, oriundos de reestruturação da Fundação, encontram-se provisionados na conta contábil "Obrigações Trabalhistas no passivo circulante. No passivo não circulante reconhecemos provisão de parcelas inerente a ação de desapropriação, na conta contábil Provisões cíveis.

X – EXIGIBILIDADES A LONGO PRAZO NOTA 10

Instituição financeira	Tipo	Contrato	Tx. Juros a.a %	2019		2018	
				Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
a) Banco Itáu	CG	Renegociação	13,35	698.102	461.538	1.538.462	461.538
b) Sicoob	CG	Renegociação	16,60	264.349	1.444.444	555.556	1.444.444
c) Banco Santander	CG	Renegociação	9,25+100% CDI	259.670	2.581.217	101.842	3.768.519
d) Banco Santander	CG	Renegociação	8,73+100% CDI	1.626.027	0	942.857	1.257.143
e) Banco do Brasil	CG	Renegociação	4,50	750.941	1.020.690	0	0
BNDES/Brasil	Finame					12.767	16.241
BNDES/Itáu	Finame			17.562	113.275	72.825	116.148

CG Capital de giro

Garantias

- a) Garantia gleba b
- b) Fidejussória Pessoa Física
- c) Cessão Fiduciária dos direitos ou títulos de crédito
- d) Cessão Fiduciária dos direitos ou títulos de crédito
- e) Hipoteca do imóvel do Teatro Redenção

XI – ATIVO INTANGÍVEL NOTA 11

Para melhor adequação às normas internacionais, foi transferido o saldo de aquisição de softwares do grupo bens não depreciables para o grupo do ativo intangível, uma vez que a equipe de TI da Fundação interage nesse progresso de aquisição/adequação/programação de softwares. Em 2019 amortização de softwares manteve o mesmo patamar do ano anterior, sendo que a partir de 2017, o software que não é mais considerado de vida útil indefinida passou a ser amortizado, conforme análise técnica da coordenadoria de Tecnologia da Informação - TI da FEMM.

XII – DOAÇÕES NOTA 12

A Fundação no ano de 2019, recebeu doação de livros da DM Distribuidora, CNPJ 08.896.983/0001-06, no valor de R\$338,90 e Conhecimento Livraria-ME, CNPJ 22.902.045/0001-94 no valor de R\$613,80 e doação do SICOOB Sete Lagoas MG, para o evento educacional da Fundação "Virada Empreendedora" no valor de R\$600.

XIII – INCORPORAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS AO PATRIMÔNIO SOCIAL NOTA 13

Os resultados dos exercícios anteriores foram devidamente incorporados ao Patrimônio Social, em conformidade com a Resolução 1409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, para entidades sem fins lucrativos.

Receitas extraídas da Demonstração do Resultado do Exercício deduzidas gratuidades.

Foi renovada em 2019, a parceria/convênio firmado entre a FEMM e a Secretaria de Estado de Esportes através da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte para realização do Projeto-Escola UNIFEMM de Voleibol, iniciada em 2016, que objetiva a realização da prática esportiva da modalidade voleibol para aproximadamente 300 crianças/adolescentes de 7 a 17 anos. As Fundações mantêm convênios e parcerias com entidades públicas e privadas no fomento à pesquisa e responsabilidade social. Convênios com a FAPEMIG atende à iniciação científica em pesquisa e desenvolvimento e bolsas para o mestrado em Biotecnologia. Firmado junto a Secretaria Estadual de Cultura- Fundo Estadual de Cultura, convenio/parceria para finalização das obras do Teatro Redenção.

Trata-se de receita inerente aos novos alunos e antecipação de mensalidade de janeiro/2020 dos alunos veteranos, e ingressantes que prestaram vestibular em dezembro 2019 para o ano exercício 2020, compondo essa rubrica, valores que serão devidamente reconhecidos no exercício seguinte. Em atendimento as normas contábeis vigentes esses valores passam a compor o grupo do passivo circulante, uma vez que em janeiro de 2020 serão apropriados para realização de receita efetivada no período.

Trata-se de reversão de provisão efetivada em dezembro/2016, referente ao processo nº 0000246-18.2010.5.03.0040. Findo o processo em 2018, os cálculos iniciais estimados, superaram à época em R\$128.447, ao valor efetivamente pago. Dessa forma, esse excedente, foi então ajustado, diretamente no patrimônio social da Fundação.

Sr. Adélio Araújo de Faria - Diretor Presidente
Sr. Sérgio Henrique Dias França - Diretor Vice-Presidente
Sra. Dolores Campos, de Aguiar Persilva - Diretora Financeira
Sr. Orlando Giordani de Moura - Vice-Diretor Financeiro
Sr. Aluisio Barbosa Júnior - Diretor Secretário
Sr. Eduardo Assis de Deus - Vice-Diretor Secretário

Denise Sader Vieira Viana - Contadora CRC-MG 069.458

PS

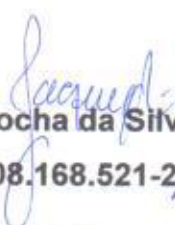




PARECER FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Educacional Monsenhor Messias, analisando a prestação de contas, o balanço geral, bem como as demais demonstrações contábeis inerentes, vem expressar opinião favorável a aprovação dos mesmos, pela justeza de suas contas e pelo resultado apresentado em seu balanço referente ao ano exercício 2019.

Sete Lagoas,
09 de março de 2020


Raquel Rocha da Silveira
CPF 108.168.521-20


Mareio Domingos Diniz
CPF 041.452.709-00


Nilza de Freitas
CPF 066.537.236-15

Nº DA
ETIQUETA
AAL369297



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros e demais público de interesse.

Opinião

Examinei as demonstrações contábeis da Fundação Educacional Monsenhor Messias, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Na minha opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educacional Monsenhor Messias, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à espécie jurídica examinada, ou seja, a entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

A auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Minha responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Sou independente em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpro com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a minha opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis


A minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em minha auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar minha opinião.


Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinei também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparada sob a responsabilidade da administração da Fundação, cuja apresentação não é obrigatória, mas que, corresponde a um importante informativo contábil, o qual evidencia, de forma sintética, os valores correspondentes à formação da riqueza gerada pela Entidade em determinado período e sua respectiva distribuição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em minha opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Sete Lagoas, 06 de março de 2020


Claudio Henrique Verdolin Martins
- Contador – CRC/MG 42.736 -


PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(DOI10494) CLAUDIO HENRIQUE VERDOLIN MARTINS
em testemunho da verdade.
Sete Lagoas, 13/03/2020 14:52:36 7368

Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Cartório Finch
Rua Capim Branco nº 66 - Cardeal - Sete Lagoas - MG - CEP: 35.700-300 - (31) 3772-5349 - E-mail: carlotafinch@uol.com.br
Ofício de Registro: Caroline Elise Finch

PROTOCOLO Nº 120366 REG Nº 142 - LIV A 109 - PÁG 36 - AV Nº 147
Sete Lagoas, MG, 03 de abril de 2020

E-mail: 662.62 - TFJ: 206.67 - Rec: 206.62 - Dep: 206 - ISS: 206.62 - Valor final: R\$ 206,00
Códigos: 0112-7 (1) 0201-8 (1) 0001-8 (1) 0101-8 (20)

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
REG DE TÍTULOS E DOCS E CIVIL DAS PJ de Sete Lagoas

SELO DE CONSULTA: DHZ68489
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9462.4555.8871.2324

Quantidade de atos praticados: 23
Ato(s) praticado(s) por: Caroline Elise Finch - Oficial
E-mail: 662.62 - TFJ: 206.67
Valor final: R\$ 206,29 - ISS: 30,80



Consulte a Validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

SELO DE CONSULTA: DOI10494
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7145.8300.9447.9441
Quantidade de atos praticados: 01
Ato(s) praticado(s) por:
JOSIANE APARECIDA DA SILVA - ESCRIVENTE JURAMENTADA
E-mail: R\$5,48 TFJ: R\$1,70 Total: R\$7,18 ISS: R\$0,26
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAL369299


Caroline Elise Finch
OFICIAL DE REGISTRO